




SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ESTADO DO CONHECIMENTO

SOCIOLOGY OF DEVELOPMENT: STATE OF KNOWLEDGE

SOCIOLOGÍA DEL DESARROLLO: ESTADO DEL CONOCIMIENTO

 <https://doi.org/10.56238/levv17n57-038>

Data de submissão: 11/01/2026

Data de publicação: 11/02/2026

Adelcio Machado dos Santos

Pós-doutor em Engenharia do Conhecimento

Instituição: Universidade o Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Daniel Tenconi

Mestre em Desenvolvimento e Sociedade

Instituição: Federação das Indústrias e Comércio de Santa Catarina

E-mail: daniel.tenconi@sesisc.org.br

RESUMO

Considerando a relevância da sociologia do desenvolvimento e sua importância histórica na consolidação das Ciências Sociais nos países do Sul Global, quanto por sua atualidade diante dos impasses enfrentados pelas políticas de desenvolvimento em escala mundial. Objetiva-se analisar o estado do conhecimento da Sociologia do Desenvolvimento, identificando os precípuos marcos teóricos, os enfoques predominantes e as lacunas existentes na literatura acadêmica. Para tanto procedeu-se à revisão bibliográfica, tipo qualitativa, em livros e documentos institucionais, publicados entre 1945 a 2024 e artigos publicados em bases de dados eletrônicas entre 2010 a 2024. Desse modo, observa-se um movimento crescente de crítica às abordagens desenvolvimentistas tradicionais, centradas na modernização e no progresso econômico, com valorização de perspectivas alternativas que incorporam justiça social, sustentabilidade e pluralismo epistêmico. A Sociologia do Desenvolvimento destaca as desigualdades globais entre países centrais e periféricos, fortemente ligada ao campo das políticas públicas, do planejamento estatal e da cooperação internacional. Permite-se, assim, concluir que a Sociologia do Desenvolvimento contemporâneo não pode se restringir a interpretar processos econômicos e institucionais, mas deve considerar as múltiplas dimensões que compõem o bem-estar coletivo, incluindo aspectos culturais, ambientais, políticos e simbólicos.

Palavras-chave: Sociologia do Desenvolvimento. Economia. Ciência Política. Epistemologias do Sul.

ABSTRACT

Considering the relevance of the sociology of development and its historical importance in consolidating the Social Sciences in countries of the Global South, as well as its current relevance in the face of the impasses faced by development policies on a global scale, this study aims to analyze the state of knowledge in the Sociology of Development, identifying the main theoretical frameworks, the predominant approaches, and the existing gaps in the academic literature. To this end, a qualitative bibliographic review was conducted, examining books and institutional documents published between 1945 and 2024, and articles published in electronic databases between 2010 and 2024. Thus, a growing movement of criticism towards traditional developmental approaches, centered on modernization and

economic progress, is observed, with an emphasis on alternative perspectives that incorporate social justice, sustainability, and epistemic pluralism. The Sociology of Development highlights global inequalities between central and peripheral countries, strongly linked to the field of public policies, state planning, and international cooperation. It can therefore be concluded that contemporary Sociology of Development cannot be restricted to interpreting economic and institutional processes, but must consider the multiple dimensions that comprise collective well-being, including cultural, environmental, political, and symbolic aspects.

Keywords: Sociology of Development. Economics. Political Science. Epistemologies of the South.

RESUMEN

Considerando la relevancia de la sociología del desarrollo y su importancia histórica en la consolidación de las ciencias sociales en los países del Sur Global, así como su relevancia actual ante los obstáculos que enfrentan las políticas de desarrollo a escala global, este estudio analiza el estado del conocimiento en sociología del desarrollo, identificando los principales marcos teóricos, los enfoques predominantes y las lagunas existentes en la literatura académica. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica cualitativa, examinando libros y documentos institucionales publicados entre 1945 y 2024, y artículos publicados en bases de datos electrónicas entre 2010 y 2024. Se observa así un creciente movimiento crítico hacia los enfoques tradicionales del desarrollo, centrados en la modernización y el progreso económico, con énfasis en perspectivas alternativas que incorporan la justicia social, la sostenibilidad y el pluralismo epistémico. La sociología del desarrollo pone de relieve las desigualdades globales entre países centrales y periféricos, estrechamente vinculadas al ámbito de las políticas públicas, la planificación estatal y la cooperación internacional. Por consiguiente, se puede concluir que la sociología del desarrollo contemporánea no puede limitarse a interpretar los procesos económicos e institucionales, sino que debe considerar las múltiples dimensiones que conforman el bienestar colectivo, incluyendo aspectos culturales, ambientales, políticos y simbólicos.

Palabras clave: Sociología del Desarrollo. Economía. Ciencia Política. Epistemologías del Sur.

1 INTRODUÇÃO

A Sociologia do Desenvolvimento constitui um campo de investigação para a compreensão das desigualdades sociais, econômicas e políticas que marcam o mundo contemporâneo. Nascida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Sociologia do Desenvolvimento, inicialmente, considerou pensar os caminhos para o progresso de países considerados “atrasados” em relação às nações industrializadas, propondo modelos e estratégias visando à superação do subdesenvolvimento (Santos, 2025).

Com o decorrer das décadas atravessou por diversas reformulações teóricas e críticas, sobretudo a partir das experiências concretas de países da América Latina, África e Ásia, revelando-se um terreno fértil para o debate interdisciplinar e a formulação de novas categorias analíticas (Santos, 2025). Diante da complexidade dos desafios atuais — crise ambiental, novas formas de desigualdade, intensificação dos fluxos migratórios e limites do crescimento econômico tradicional —, torna-se pertinente revisitar e atualizar os marcos teóricos que estruturam a Sociologia do Desenvolvimento.

Esta pesquisa colima o escopo de efetuar o levantamento crítico do estado do conhecimento na área da Sociologia do Desenvolvimento, destacando os principais autores, abordagens teóricas e debates que marcam a constituição e a transformação dessa disciplina. A relevância do tema se justifica em sua importância histórica na consolidação das Ciências Sociais nos países do Sul Global, quanto por sua atualidade diante dos impasses enfrentados pelas políticas de desenvolvimento em escala mundial.

Ao problematizar os caminhos percorridos por essa vertente sociológica, pretende-se contribuir para a ampliação do debate acadêmico e o fortalecimento de perspectivas críticas que questionam os modelos hegemônicos de progresso e crescimento, muitas vezes marcados por interesses econômicos exógenos às realidades locais.

A problemática que orienta este estudo parte da seguinte questão: quais são os principais aportes teóricos e metodológicos da Sociologia do Desenvolvimento ao longo do tempo, e como esses aportes dialogam com os contextos históricos e sociais nos quais foram produzidos? Essa indagação implica não apenas em uma análise retrospectiva dos marcos teóricos clássicos, como em atenção às suas contribuições mais recentes que surgem em resposta aos limites das teorias tradicionais.

Definiu-se realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica, tipo qualitativa, em artigos, livros e documentos institucionais. O critério principal para inclusão das obras elegeu a relevância para o campo temático em análise, considerando o impacto acadêmico dos autores, a diversidade de perspectivas teóricas (liberais, marxistas, críticas e decoloniais) e a representatividade geográfica da produção - com atenção especial à produção latino-americana e africana.

Desse modo, não foram utilizadas apenas obras consagradas nos centros acadêmicos do Norte Global, mas incluíram-se produções que expressam uma visão crítica oriunda dos países em

desenvolvimento, especialmente aquelas que propõem modelos alternativos ao desenvolvimento capitalista ocidental.

Destarte, o labor busca responder às necessidades de sistematização e análise crítica da produção acadêmica sobre o desenvolvimento de uma perspectiva sociológica, considerando suas múltiplas influências e desdobramentos.

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi analisar o estado do conhecimento da Sociologia do Desenvolvimento, identificando os principais marcos teóricos, os enfoques predominantes e as lacunas existentes na literatura acadêmica. A partir dessa análise, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma abordagem crítica e contextualizada do desenvolvimento, capaz de dialogar com as realidades históricas, culturais e econômicas das sociedades envolvidas.

Entrementes, busca-se oferecer subsídios teóricos e metodológicos para pesquisadores, estudantes e profissionais que atuam nas áreas das Ciências Sociais, Economia, Política Pública e Planejamento, fomentando reflexões aprofundadas sobre as dinâmicas que moldam os processos de desenvolvimento em diferentes partes do mundo.

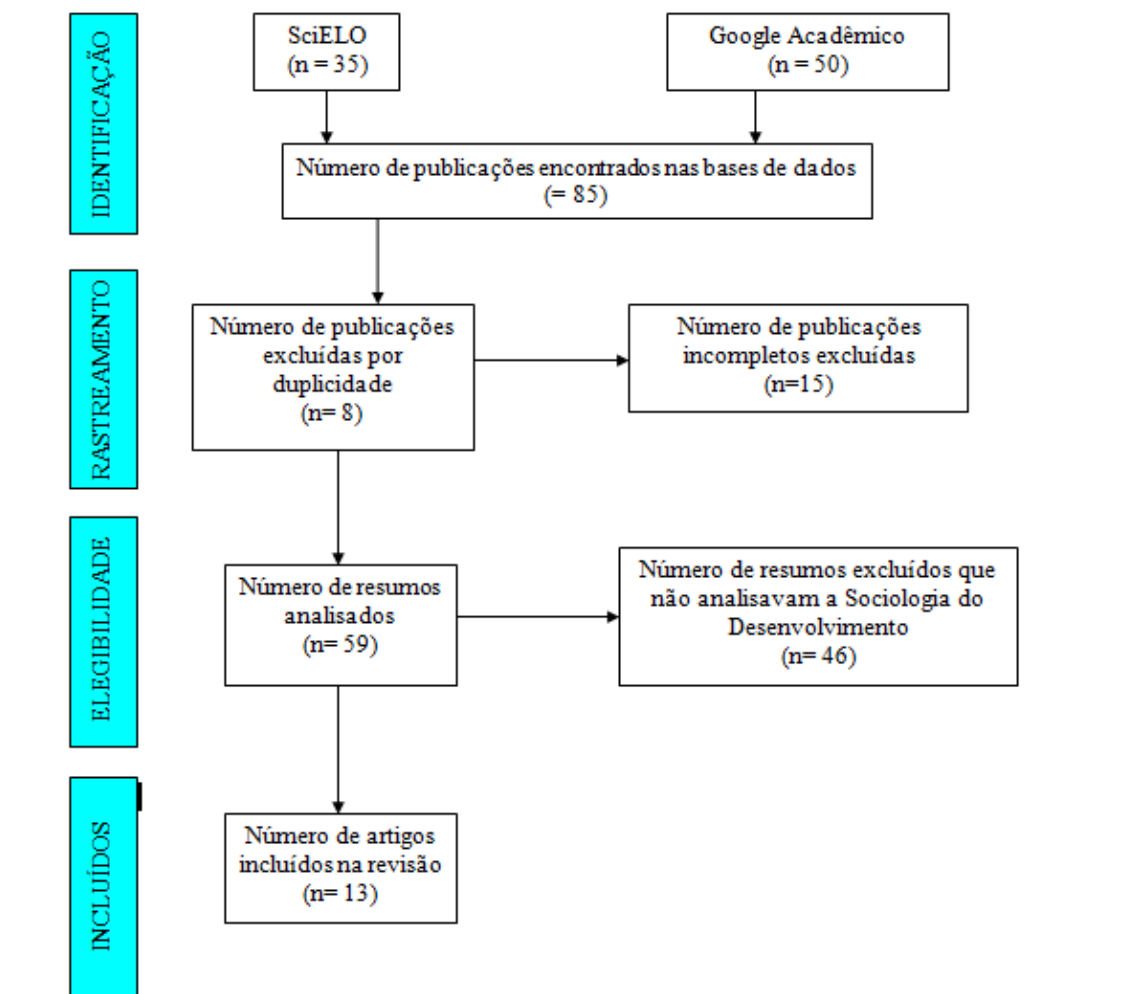
2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, documental, de natureza qualitativa. Buscou-se com o método apropriar-se de resultados oriundos de pesquisas sobre o tema de estudo, de forma ordenada e abrangente.

Na revisão bibliográfica, percorreram-se as seguintes etapas em sua condução: definição do tema (problema), convertido na questão da pesquisa; estratégia de busca dos materiais, palavras de busca e parâmetros de elegibilidade; definição das bases de dados eletrônicas; seleção das publicações e extração das informações dos documentos; avaliação dos estudos; síntese e apresentação dos resultados (Wihittemore; Knafl, 2005).

Quanto aos critérios de elegibilidade ocorreu a inclusão de artigos na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre 2010 a 2024, disponíveis nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e bibliotecas digitais de universidades brasileiras e estrangeiras.

Figura 1 – Fluxo da revisão integrativa. Caçador, SC, Brasil, 2025.



Fonte: Autores.

Quanto à produção literária e institucional, levantaram-se livros e documentos que discutem a Sociologia do Desenvolvimento. Seleccionaram-se obras de autores clássicos e contemporâneos, priorizando textos com relevância na consolidação teórica da área e citados de forma recorrente em bases científicas reconhecidas.

Elegeram-se como recorte temporal o período de 1945 a 2024, considerando o pós Segunda Guerra Mundial como marco inicial do debate e avançando nas discussões contemporâneas que envolvem temas como: desenvolvimento sustentável, pós-desenvolvimento, globalização e epistemologias do Sul. A escolha desse intervalo se justifica pela necessidade de abarcar tanto o surgimento das principais correntes teóricas quanto às reformulações mais recentes que tentam superar os impasses herdados do pensamento desenvolvimentista tradicional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A área da Sociologia do Desenvolvimento emergiu como uma subdisciplina da sociologia no contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionado pelas novas configurações

geopolíticas e a crescente necessidade de pensar alternativas para os países que se libertavam do jugo colonial e buscavam alcançar o patamar de desenvolvimento econômico e social das nações industrializadas (Santos, 2025).

Esse processo, profundamente marcado pelas disputas da Guerra Fria, a reestruturação da ordem mundial e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica, proporcionou o ambiente intelectual e político propício para a consolidação de uma abordagem sociológica voltada à análise dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento nas sociedades periféricas (Oliveira, 2006).

A Sociologia do Desenvolvimento tem como ponto de partida as desigualdades globais entre países centrais e periféricos e, por isso, desde seus primórdios, esteve fortemente ligada ao campo das políticas públicas, planejamento estatal e cooperação internacional. Conforme aponta Oliveira (2006), o desenvolvimento passou a ser concebido como um imperativo moral e estratégico, justificando intervenções em diferentes partes do mundo por meio de programas econômicos, sociais e culturais.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento foi associado, quase exclusivamente, ao crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), à industrialização e à modernização das estruturas sociais tradicionais, entendidas como obstáculos ao progresso (Matta; Verdan, 2023).

A gênese da Sociologia do Desenvolvimento está diretamente relacionada às experiências históricas de descolonização da África, Ásia e América Latina, e ao esforço de entender como essas sociedades poderiam superar o “atraso” herdado do colonialismo (Sen, 2000).

A teoria da modernização, uma das primeiras correntes teóricas estruturantes do campo, ganhou destaque nesse período, propondo que o desenvolvimento seria alcançado pela adoção dos valores, instituições e práticas dos países ocidentais. Rostow (1960), afirma que o desenvolvimento ocorre em etapas sucessivas e previsíveis, culminando no “estágio de consumo de massa”. Tal concepção carrega uma forte conotação etnocêntrica, pressupondo um modelo único de desenvolvimento baseado na trajetória dos EUA e da Europa Ocidental, e ao ignorar as especificidades históricas e culturais das sociedades periféricas.

Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento encontra-se fortemente vinculada à noção de progresso, um conceito central na tradição iluminista e nas narrativas modernas do Ocidente. Segundo Escobar (2005a), o discurso do desenvolvimento, como se constituiu a partir da década de 1950, determina uma nova forma de dominação, substituindo o colonialismo direto por mecanismos mais sutis de controle, vinculados à lógica do neocolonialismo e à dependência econômica e tecnológica.

O desenvolvimento se modifica de transformação econômica para um verdadeiro projeto civilizatório impondo modos de vida, racionalidades e instituições alheias às realidades locais (Santos *et al.*, 2012). A crítica pós-colonial e a teoria da dependência surgem como reações a esse modelo, apontando suas contradições e implicações políticas e ideológicas (Aguiar, 2016).

A relação entre desenvolvimento e colonialismo, portanto, é intrínseca à Sociologia do Desenvolvimento. Como bem argumenta Quijano (2000), a modernidade ocidental não pode ser dissociada do processo de colonialidade do poder que estrutura uma hierarquia global baseada na raça, no capital e no saber.

O desenvolvimento, nesse quadro, encontra-se concebido como instrumento de prolongamento das assimetrias coloniais sob novas formas, reproduzindo relações de dominação sob o pretexto da ajuda e do progresso. A crítica de Quijano (2000), é importante para a compreensão que o subdesenvolvimento não é apenas a ausência de desenvolvimento, mas uma condição produzida historicamente pelas relações desiguais entre o centro e a periferia.

Essa leitura foi fortemente desenvolvida por autores da teoria da dependência, especialmente na América Latina. Cardoso e Faletto (1970), em sua obra clássica “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, defendem que o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento das nações periféricas são fenômenos interdependentes, sendo impossível entender um sem o outro.

Para os mesmos autores, o subdesenvolvimento não é uma fase anterior ao desenvolvimento, mas uma forma histórica de inserção subordinada ao sistema capitalista global. Essa perspectiva rompe com a linearidade da teoria da modernização, introduzindo uma abordagem crítica que enfatiza os fatores estruturais e históricos na explicação das desigualdades.

Outro conceito fundamental para a Sociologia do Desenvolvimento é o de crescimento econômico, frequentemente confundido com desenvolvimento, mas que, na verdade, representa apenas um de seus aspectos (Oliveira, 2002).

Sen (2000) entende que desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades humanas fundamentais, que vai além do mero aumento da renda per capita. Isso implica considerar fatores, tais como: saúde, educação, participação política, segurança e sustentabilidade ambiental. A ampliação do conceito de desenvolvimento entende-se como uma das contribuições mais relevantes dos debates contemporâneos, buscando integrar as dimensões sociais, culturais e ecológicas às análises econômicas tradicionais.

Na esteira dessas discussões, Sachs (2004) e Shiva (2005) questionam os fundamentos do paradigma desenvolvimentista, propondo abordagens alternativas valorizando os saberes locais, os direitos dos povos indígenas, a soberania alimentar e a sustentabilidade.

O chamado “pós-desenvolvimento” não nega a necessidade de transformação social, mas rejeita os modelos impostos de fora, defendendo uma pluralidade de caminhos e soluções concebidas a partir das realidades locais (Escobar, 2005b). Trata-se de uma crítica ao conteúdo das políticas de desenvolvimento, inclusive a ideia de que existe um único modelo a ser seguido por todas as sociedades.

Em face disso, os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, progresso e crescimento devem ser abordados criticamente na Sociologia do Desenvolvimento. Enquanto o crescimento diz respeito ao aumento quantitativo da produção econômica, o desenvolvimento abrange mudanças qualitativas nas estruturas sociais e institucionais (Bresser-Pereira, 2008).

O progresso, frequentemente associado ao avanço tecnológico e científico, pode mascarar processos de exclusão, destruição ambiental e homogeneização cultural (Oliveira, 2006). Por sua vez, o subdesenvolvimento apresenta-se como uma construção histórica, marcada por relações de desiguais poder e mecanismos de dominação perpetuados sob novas roupagens.

3.2 PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS

A Sociologia do Desenvolvimento foi moldada ao longo do século XX por distintas abordagens teóricas que buscaram interpretar, explicar e propor caminhos para o desenvolvimento de diferentes sociedades. A pluralidade de interpretações sobre o tema revela tanto os distintos contextos históricos e geopolíticos em que essas teorias foram formuladas, quanto os interesses e paradigmas científicos que servem de base. As principais correntes que estruturam esse campo podem ser organizadas em quatro grandes grupos: a Teoria da Modernização, a Teoria da Dependência, a Teoria do Sistema-Mundo (associada ao neomarxismo) e as abordagens contemporâneas, como o desenvolvimento sustentável, endógeno e o pós-desenvolvimento (Escobar, 2005a).

A Teoria da Modernização emergiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em meio ao fortalecimento do poder econômico e político dos EUA e à difusão da lógica capitalista como um modelo de organização social hegemônico. Inspirada em pressupostos funcionalistas e evolucionistas, essa abordagem compreende o desenvolvimento como um processo linear e cumulativo de passagem das sociedades “tradicionais” para sociedades “modernas”, sendo estas últimas caracterizadas pela industrialização, racionalização, urbanização e secularização.

Um dos principais expoentes dessa corrente foi Walt Whitman Rostow que propôs o modelo das “etapas do crescimento econômico”, no qual as nações devem percorrer cinco fases até alcançar o estágio de alto consumo de massa, tendo como referência o desenvolvimento dos EUA (Rostow, 1961). Outro autor fundamental foi Parsons (1951), cuja teoria da ação social defende que a modernização implica na substituição de valores tradicionais por valores modernos, como a meritocracia, a universalização das normas e a especialização funcional. Para Parsons, o desenvolvimento corresponde à institucionalização de padrões culturais e estruturas sociais compatíveis com a modernidade ocidental, sendo o subdesenvolvimento um estado de atraso ou insuficiência na transição para tais padrões.

As principais críticas à Teoria da Modernização residem em seu etnocentrismo, reducionismo e determinismo histórico. Autores críticos, especialmente do Sul Global, denunciam o caráter

prescritivo e ideologicamente alinhado aos interesses das potências capitalistas dessa abordagem. Santos (2002) afirma que essa teoria ignora as especificidades históricas e culturais das sociedades periféricas, impondo um modelo único de desenvolvimento que reproduz desigualdades e dependências. Ademais disso, a linearidade proposta por Rostow (1961) desconsidera os impactos do colonialismo e da exploração internacional na configuração do subdesenvolvimento.

Em contraposição a essa visão, desenvolveu-se a Teoria da Dependência, formulada principalmente por intelectuais latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970. Essa teoria busca compreender o subdesenvolvimento como resultado das relações históricas desiguais entre as nações centrais e periféricas, marcadas por um processo contínuo de transferência de riqueza dos países pobres para os países ricos.

A guisa de exemplo, Cardoso e Faletto (1979) argumentam que a dependência acontece de forma externa e interna, ou seja, reproduzida por elites locais que se articulam com os interesses das economias centrais. Essa interpretação permite compreender o subdesenvolvimento não como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como resultado estrutural da inserção subordinada dos países periféricos na economia global.

Furtado (2000) analisa a formação econômica do Brasil a partir da lógica da dependência e da reprodução de desigualdades regionais e sociais. O autor demonstra como a estrutura produtiva brasileira, moldada pelo colonialismo e a exportação de produtos primários, limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo e aprofunda a concentração de renda.

O conceito de "desenvolvimento do subdesenvolvimento", amplamente difundido por Frank (1967), sintetiza a visão que o subdesenvolvimento é uma condição produzida historicamente pelas relações de exploração do sistema capitalista global.

A Teoria da Dependência auxilia para o fortalecimento de uma perspectiva crítica e latino-americana sobre o desenvolvimento, mas recebe críticas por sua ênfase estruturalista e por não oferecer saídas práticas e claras para a superação da dependência. Ainda assim, seu legado se encontra amplamente reconhecido como essencial para a compreensão das desigualdades globais (Escobar, 2005b).

Complementarmente, a Teoria do Sistema-Mundo, formulada por Immanuel Wallerstein (2006), insere-se no campo neomarxista e propõe uma abordagem histórica e sistêmica do desenvolvimento capitalista em escala global. Para Wallerstein (2006), o mundo moderno está organizado em um sistema mundial capitalista que se estrutura em três zonas: o centro, a semiperiferia e a periferia. Essas zonas não são estáticas, mas se articulam de forma desigual por meio da divisão internacional do trabalho. As nações centrais concentram as atividades produtivas mais lucrativas, enquanto os países periféricos são relegados à produção de bens primários e à mão de obra barata, perpetuando sua condição de dependência.

A perspectiva de Wallerstein rompe com a noção de que os Estados são unidades autônomas de desenvolvimento e enfatiza a interdependência estrutural entre as diferentes regiões do globo. Ao situar o capitalismo como sistema histórico evidencia como as crises econômicas, as guerras e os processos coloniais influenciam a dinâmica do desenvolvimento desigual. Como destaca Oliveira (2003), a principal contribuição da teoria do sistema-mundo desloca a análise do desenvolvimento do plano nacional para o plano global, permitindo compreender os mecanismos transnacionais de dominação e subordinação.

Nas últimas décadas, novas abordagens têm surgido em resposta aos limites das teorias clássicas e às transformações do contexto mundial, como a crise ambiental, o avanço do neoliberalismo e a emergência de movimentos sociais locais. O conceito de desenvolvimento sustentável, consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO-92), propõe um modelo de desenvolvimento que articule crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Tal perspectiva ganha força no debate internacional e acadêmico, embora tenha sido alvo de críticas ao ser incorporado de forma retórica em políticas que mantêm práticas extrativistas e desiguais (Leff, 2001).

Paralelamente emergem propostas de desenvolvimento endógeno e comunitário, ganhando força nas comunidades indígenas, quilombolas, rurais e periféricas, reivindicando o direito à autodeterminação e à construção de alternativas ao modelo capitalista globalizado (Moraes; Souza, 2002). De acordo com Sachs (2002), o desenvolvimento local deve ser pensado a partir de cada território e peculiaridades de suas populações. As especificidades diferentes merecem atenção, valorizando saberes locais, participação popular e fortalecimento de economias solidárias e sustentáveis, promovendo autonomia e resiliência frente às crises globais.

Em oposição mais radical ao paradigma desenvolvimentista, a perspectiva do pós-desenvolvimento propõe uma ruptura epistemológica com a própria ideia de desenvolvimento, que precede como um discurso ocidental e colonial impondo formas de vida e organização alheias às realidades culturais dos povos do Sul Global (Radomsky, 2011).

Escobar (2005c), um dos principais expoentes do pós-desenvolvimento, argumenta que o desenvolvimento opera como uma tecnologia de poder, marginalizando os modos de vida alternativos e reforçando as hierarquias entre o “moderno” e o “tradicional”. O mesmo autor considera necessário construir alternativas ao desenvolvimento (alternativas ao desenvolvimento e não “desenvolvimento alternativo”), baseadas na pluralidade cultural, na ecologia política e na realocação das economias.

3.3 O ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O estado do conhecimento em Sociologia do Desenvolvimento revela um campo marcado por profundas transformações teóricas e metodológicas nas últimas décadas, especialmente em razão da complexificação das dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas.

A produção acadêmica recente apresenta uma ampliação das perspectivas analíticas, com um deslocamento gradual das abordagens clássicas — centradas em modelos universalizantes e evolucionistas — para enfoques mais plurais, contextuais e críticos (Santos, 2025). Essa mudança reflete a emergência de novos paradigmas interpretativos que questionam as bases epistemológicas da modernização e da dependência, propondo leituras mais integradas das múltiplas dimensões do desenvolvimento.

No cenário contemporâneo, observa-se uma crescente valorização das abordagens interdisciplinares, articulando a Sociologia com a Economia Política, a Antropologia Econômica e a Ciência Política (Santos, 2025). Essa tendência responde à constatação de que os fenômenos ligados ao desenvolvimento extrapolam as fronteiras de uma única disciplina e exigem interpretações mais amplas e complexas.

Como destacam Sen (2000) e Sachs (2008), o desenvolvimento ultrapassa a área do crescimento econômico, devendo ser analisado à luz das capacidades humanas, da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da equidade cultural. Essa concepção ampliada do desenvolvimento influencia a produção sociológica contemporânea, tanto em nível nacional quanto internacional.

Nos últimos anos, alguns temas têm se destacado como tendências na pesquisa em Sociologia do Desenvolvimento. Entre eles, ganha relevo o debate em torno do desenvolvimento sustentável, impulsionado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Leff (2010) e Gudynas (2011) clamam por atenção para a necessidade de se repensar as bases ecológicas do desenvolvimento, criticando os modelos produtivistas e extrativistas que dominam as políticas econômicas de muitos países.

A noção de *buen vivir*, por exemplo, oriunda de cosmovisões indígenas andinas vem sendo incorporada às análises sociológicas como alternativa ao paradigma ocidental de progresso linear, conforme argumentam Acosta (2016) e Escobar (2014). Tais abordagens enriquecem o campo com novas epistemologias e visões de mundo, valorizando saberes tradicionalmente marginalizado pela ciência moderna.

O fortalecimento das epistemologias do Sul é outra tendência importante, questionando o colonialismo epistêmico presente na construção do saber sobre o desenvolvimento. Dussel (2000) e Santos (2010) denunciam a hegemonia dos conhecimentos eurocentrados, propondo uma sociologia mais atenta às realidades e às experiências históricas dos povos do Sul Global. Essa perspectiva motiva

a ampliação das fontes e dos referenciais teóricos utilizados em pesquisas acadêmicas, com maior valorização da produção latino-americana, africana e asiática. Um movimento que visa não apenas à democratização do saber, mas a construção de alternativas efetivamente enraizadas nos contextos locais.

As precípuas revistas científicas têm publicado estudos relevantes sobre a Sociologia do Desenvolvimento, tanto os periódicos internacionais quanto os nacionais. No cenário internacional, destacam-se as revistas *World Development*, *Development and Change*, *Third World Quarterly* e *Globalizations*, que publicam artigos sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento a partir de múltiplas abordagens teóricas (Fava Jr., 2024).

No Brasil, periódicos como a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Caderno CRH, Sociedade e Estado, Revista Estudos Sociedade e Agricultura, e Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais publicam produções sobre o tema, incluindo análises de políticas públicas, processos de globalização, movimentos sociais e impactos socioambientais (David *et al.*, 2022).

Uma das principais lacunas sobre a sociologia do desenvolvimento diz respeito à dificuldade de integração entre teoria e prática, no que se refere à análise das políticas públicas de desenvolvimento implementadas em países periféricos (Jacometti *et al.*, 2016). Muitas vezes, os estudos permanecem no plano abstrato e pouco dialogam com as experiências concretas das populações envolvidas nos processos desenvolvimentistas.

Ademais disso, ainda existe uma sub-representação de autores e autoras indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais na produção científica, limitando a diversidade epistemológica e empírica do campo. Outra lacuna observada é a insuficiência de análises que abordem, de forma mais sistemática, as articulações entre o desenvolvimento e as questões de gênero, raça e etnia (Bodart, 2024).

Posto que se verifiquem estudos importantes nesse sentido, como os de Gohn (2011) e Saffioti (2004), eles ainda não são centrais nas grandes sínteses teóricas do campo. A incorporação dessas dimensões é essencial para uma compreensão abrangente das desigualdades e dos processos excludentes que marcam as trajetórias de desenvolvimento em diferentes contextos.

Os diálogos entre a Sociologia do Desenvolvimento e outras áreas têm se intensificado nos últimos anos, favorecendo abordagens mais complexas e integradas, por exemplo, com a Economia, onde se estabelecem debates sobre os limites do crescimento, a crítica ao neoliberalismo e a busca por alternativas de organização produtiva e distributiva.

A Economia Política do Desenvolvimento, com destaque para Chang (2003) e Bresser-Pereira (2019), levam os autores que escrevem sobre Sociologia a considerar os condicionantes macroestruturais das políticas de desenvolvimento, articulando questões de soberania, financiamento e inserção internacional.

Com a Ciência Política, o diálogo ocorre em torno das instituições do Estado, das políticas públicas e dos processos de participação social. A análise da relação entre desenvolvimento e democracia, por exemplo, tem sido objeto de numerosos estudos que investigam como diferentes formas de organização política influenciam o desenvolvimento (Przeworski *et al.*, 2000).

A par disso, a governança internacional do desenvolvimento — envolvendo organizações multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Mundial de Investimentos (FMI) e a Organização das Nações Unidas — tem sido analisada sob o prisma das relações de poder e dominação global, uma temática que aproxima a Sociologia do Desenvolvimento das análises pós-coloniais e decoloniais (Salles, 2015).

Com a Antropologia, os vínculos são igualmente fecundos, sobretudo na crítica aos modelos desenvolvimentistas que ignoram as especificidades culturais dos povos (Radomsky; Quintero, 2024).

A Antropologia do Desenvolvimento tem contribuído para desnaturalizar os discursos de progresso e apontar os impactos sociais das intervenções estatais e internacionais, especialmente em comunidades indígenas e rurais. Escobar (2014) e Ferguson (1990) apresentam em seus escritos como os projetos de desenvolvimento podem operar como mecanismos de controle e disciplinamento social, mascarando relações de poder e dependência sob a retórica da ajuda e modernização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou sintetizar os principais pontos discutidos e analisados sobre a Sociologia do Desenvolvimento, destacando as contribuições desta investigação para o campo e apontando possíveis caminhos para futuras pesquisas. No panorama atual, destacam-se tendências como o fortalecimento das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a justiça socioambiental, o pluralismo epistêmico e as alternativas locais ao modelo hegemônico de desenvolvimento, como é o caso das noções de *buen vivir* e da economia solidária.

Entrementes, identificaram-se lacunas relevantes na literatura, especialmente no que se refere à representação de sujeitos subalternizados, tais como: povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas e à incorporação sistemática de categorias como gênero, raça e etnia nas análises sociológicas sobre desenvolvimento.

A contribuição do estudo para o campo da Sociologia do Desenvolvimento oferece uma sistematização crítica da produção literária analisada, apontando avanços e desafios para a consolidação de um olhar mais plural, engajado e comprometido com a justiça social.

A Sociologia do Desenvolvimento Contemporâneo necessita avançar além da interpretação dos processos econômicos e institucionais, buscando considerar as múltiplas dimensões que compõem o bem-estar coletivo, incluindo aspectos culturais, ambientais, políticos e simbólicos.

Nesse sentido, destaca-se a importância de ampliar os referenciais teóricos utilizados na área, incorporando autores e experiências do Sul Global que problematizam o monopólio epistêmico das teorias ocidentais. A valorização de saberes locais, da interculturalidade e da ecologia de saberes se apresenta como um horizonte promissor para o fortalecimento de uma sociologia sensível às realidades concretas das populações excluídas nos projetos de desenvolvimento.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre experiências alternativas de desenvolvimento que vêm sendo construídos em contextos periféricos, com atenção especial para iniciativas protagonizadas por comunidades tradicionais, movimentos sociais e coletivos populares. Ademais disso, recomenda-se o investimento em abordagens interseccionais que integrem, de forma articulada, as dimensões de classe, gênero, raça, etnia e território nas análises sociológicas.

Igualmente, configura-se relevante fomentar investigações sobre os impactos das transformações digitais e tecnológicas no campo do desenvolvimento, considerando as desigualdades de acesso e os novos desafios colocados pelas dinâmicas da globalização informacional.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?. Estudos de sociologia, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8659/6059>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BODART, C. N. Raça, gênero e ensino de sociologia: uma análise da produção científica. Revista Café com Sociologia, v. 13, p. 108-130, 2024. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1487/578>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de, 2008. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2019.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHANG, H-J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- DAVID, M. L.; PREMEBIDA, A.; FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018. Soc. estado, v. 37, p. 217-244, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/4jnbTGsCjNwy3mnkh9Jvfgy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- DUSSEL, E. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ESCOBAR, A. Pós-desenvolvimento: políticas e culturas na era da globalização. São Paulo: Editora UFRGS, 2005a.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005b. p. 133-168. (Colección Sur Sur). Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/ESCOBAR,%20Arturo.%20O%20lugar%20da%20natureza%20e%20a%20natureza%20do%20lugar.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- ESCOBAR, A. Pós-desenvolvimento: origens e significados de uma corrente de pensamento. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005c. p. 231-276.

ESCOBAR, A. Pós-desenvolvimento: uma introdução à crítica ao paradigma do desenvolvimento. In: Lander, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

FAVA JR, J. R. O desafio global do desenvolvimento: rumo à conquista da Agenda 2030. BJIR, v. 13, p. e024006-e024006, 2024. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/15248/18263>. Acesso em: 14 nov. 2025.

FERGUSON, J. The anti-politics machine: development, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

FRANK, A. G. Capitalism and underdevelopment in Latin America. New York: Monthly Review Press, 1967.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GOHN, M.G. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. In: ALBÓ, X.; GALINDO, J. F. (orgs.). Pluralismo e interculturalidad en Bolivia. La Paz: CIPCA, 2011.

JACOMETTI, M.; CASTRO M.; GONÇALVES, S. A.; COSTA, . C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. Rev. Adm. Pública, v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/8y6N7pdGcmPQJWJHnGtvrbF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTA, L. G.; VERDAN, M. F. Construção histórica do conceito de desenvolvimento e suas múltiplas abordagens. Observatório De La Economía Latinoamericana, v. 21, n. 11, p. 18853-18875, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1549/1340>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MORAES, N. R.; SOUZA, F. C. Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento. Educação, v. 47, p. 1-40, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v47/1984-6444-edufsm-47-e64516.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 14 nov. 2025.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARSONS, T. The social system. New York: Free Press, 1951.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M. E.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Sociologia*, v. 58, n. 2, p. 93-126, 2000. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 26, p. 149-162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XJG9DmQ8w9HTPyq8fxyFtJb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

RADOMSKY, G. F. W.; QUINTERO, P. Antropologia do desenvolvimento: balanço histórico, problemas e perspectivas. *Horiz. antropol.*, v. 30, n. 70, p. e700201, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/PdXb58m4WvKdZJHVL3Vk5zK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ROSTOW, W. W. The stages of economic growth: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROSTOW, W. W. The stages of economic growth: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Wolfgang. Planet dialectics: explorations in environment and development. London: Zed Books, 2004.

SACHS, J. O fim da pobreza: como vencer a pobreza mundial em nossa geração. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLES, F. C. O papel da ONU e do Banco Mundial na consolidação do campo internacional de desenvolvimento. *Contexto int.*, v. 37, n. 2, p. 347-373, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/vmXdz7VdVfYMJTHxLDJWGbw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito em construção. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, A. M. Desenvolvimento econômico: abordagem interdisciplinar. São Luís: Editora Pascal, 2025.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.



SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2005.

WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. J. Adv. Nurs., v. 52, n. 5, p. 546–53, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em: 10 nov. 2025.